



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010409-13.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Fornecimento de Água**
 Requerente: **Elomir Antonio Perussi de Jesus**
 Requerido: **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Elomir Antonio Perussi de Jesus moveu ação contra o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE São Carlos. Sustenta que (a) era proprietário do imóvel localizado na Rua Luiz Barbosa de Campos, nº 264, Jardim Alvorada, nesta cidade (b) o imóvel esteve sob a posse exclusiva de Tamara Soares Silva Machado, inquilina, no período compreendido entre 05.08.2015, início da locação, e 13.07.2016, data em que o autor foi imitido na posse, novamente, em ação judicial, sem que o autor tivesse acesso anteriormente pois a inquilina abandonou o bem levando consigo as chaves (c) quando a inquilina, em 03.2016, abandonou o imóvel, o autor solicitou ao SAAE o corte no fornecimento, mas o SAAE não atendeu ao solicitado (d) em 07.2016, o autor permutou esse imóvel por outro, com a pessoa de Daniel Augusto dos Santos Factor, que hoje está na posse do bem (e) após essa permuta, tanto o novo proprietário como o autor passaram a sofrer várias ameaças de corte de água, seja por cartas, seja por telefone, seja pessoalmente por funcionários do réu que comparecem na residência, todas sob o fundamento de que o o autor está inadimplente, o que não corresponde à verdade vez que o autor não é responsável por qualquer débito (f) o autor sofreu dano moral. Sob tais fundamentos, pediu (a) declaração de que o autor nada deve ao réu (b) transferência das contas de água vencidas até 08.2016 para o nome de Tamara Soares Machado (c) transferência das contas de água vencidas após 08.2016 para o nome de Daniel Augusto dos Santos Factor (d) pagamento de indenização por danos morais.

Liminar concedida para que a ré providencie de imediato as obrigações de fazer dos itens "b" e "c" acima, pp. 31/33.

Contestação, pp. 41/47, com preliminares e, no mérito, pedido de improcedência da ação, mesmo porque não ocorreu o dano moral.

Réplica apresentada, pp. 50/54.

Saneamento às pp. 59.

Petição do réu, pp. 64/67, explicando que documentos que instruíram a contestação foram corrompidos pelo sistema, deixando de ingressar nos autos digitais. Juntou-os com a referida petição. Sobre ela manifestou-se o autor, pp. 99/100.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

O pedido de transferência das contas de água posteriores à imissão na posse para o nome de Daniel Augusto dos Santos Factor **não será conhecido** pelas razões expostas às pp. 59; pelas mesmas razões **não será conhecido** o pedido de transferência das contas de água anteriores à


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

imissão na posse para o nome de Tamara Soares Silva Machado. É que ela (assim como Daniel Augusto dos Santos Factor) não foi incluída na lide e tal postulação afeta sua esfera jurídica. O acolhimento judicial violaria o devido processo legal. Friso: não se está afirmando que a transferência é indevida e que as contas devam permanecer todas em nome do autor; administrativamente talvez até seja o caso de a ré promover as transferências, no plano do direito material. O que há nos autos é um óbice processual ao conhecimento desses pedidos.

Subsistem, para conhecimento, os seguintes pedidos (a) declaração de que o autor nada deve ao réu (b) pagamento de indenização por danos morais.

Quanto ao primeiro pedido, verifica-se às pp. 19/21 que em 06.03.2016, levando em conta que a inquilina já estava sem pagar a água há meses, o autor encaminhou e-mail ao réu informando-o a respeito da existência da inquilina e solicitando que – **em cumprimento à lei** – este procedesse ao corte da ligação; o réu, por sua funcionária Regina Celia Zambon, respondeu em 07.03.2016 que o corte ocorreria ainda naquela mesma semana, ou seja, **até a sexta-feira, dia 11.03.2016**.

Se o réu, em cumprimento à lei e à promessa feita por e-mail, tivesse cortado a água naquela mesma semana, então não subsistiria qualquer débito posterior a 11.03.2016, **que pudesse ser atribuído ao autor**.

O autor não é, portanto, responsável por qualquer dívida relativa a consumo de água posterior a 11.03.2016; todavia, é responsável por dívidas anteriores..

Tal assertiva deve ser fundamentada, à luz do direito material.

A jurisprudência, como se sabe, tem entendido que a obrigação de pagamento de tarifa de água e esgoto não é *propter rem* (TJSP: ap. 0049815-45.2008.8.26.0564, Rel. Francisco Olavo, 18ª Câmara de Direito Público, j. 25/07/2013; ap. 0017254-02.2003.8.26.0286, Rel. Roberto Martins de Souza, 18ª Câmara de Direito Público, j. 09/05/2013; ap. 156800-06.2000.8.26.0000, Rel. Fortes Muniz, 15ª Câmara de Direito Público, j. 07/02/2013; ap. 9278088-37.2008.8.26.0000, Rel. Kenarik Boujikian, 15ª Câmara de Direito Público), mas sim de natureza tipicamente pessoal, o que significa que **o proprietário do imóvel, pelo simples fato de ser proprietário, não é responsável pelo pagamento da tarifa correspondente**. O domínio não constitui, pois, fundamento legítimo para o lançamento e cobrança contra alguém.

Todavia, se o proprietário do imóvel **requer** a ligação de água e esgoto, o que implica a **celebração de um contrato** com o ente que fornece o serviço público, e posteriormente **não provoca a rescisão da avença nem noticia a transferência do uso do imóvel para terceiro** (no caso, a locatária), é forte a tese de que ele deve responder pelo débito.

Não porque é proprietário, mas porque celebrou o contrato, não o rescindiu, não informou alienação a terceiro que passou a ser usuário, não informou a celebração do contrato de locação, etc.

Com efeito, muito se discutiu, no âmbito doutrinário e jurisprudencial, sobre a **natureza da relação jurídica** que vincula o prestador do serviço de água e esgoto ao responsável pelo seu pagamento, se corresponderia a exação a uma "taxa de serviço" ou a uma "tarifa pública". Tal questão restou decidida por nossas cortes superiores, definindo-se que a remuneração dos serviços de água e esgoto, prestados por pessoa jurídica de direito público ou por concessionária, é de **tarifa ou preço público**. Precedentes do STF: RE 544.289-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, 1ªT, DJ 19.6.2009; AI 516.402-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes Segunda Turma, DJ 21.11.2008; RE 447.536 ED, Rel. Ministro Carlos Velloso, Segunda Turma, DJ 26.08.2005.

O STJ, por sua vez, em recurso repetitivo, assentou que a natureza da remuneração dos serviços de água e esgoto prestados por concessionária, é de tarifa ou preço público, consequentemente o prazo prescricional corresponde ao do direito civil (REsp 1117903/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe 01/02/2010).

Esse repetitivo não tratou, de modo expresso, a respeito da natureza jurídica da remuneração


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

desses serviços, caso prestados por **pessoa jurídica do direito público** – caso do réu, SAAE de São Carlos. Todavia, não se pode olvidar que a distinção entre taxa de serviço e preço público não guarda qualquer pertinência com a qualidade do prestador do serviço, vez que o critério para a distinção é concernente apenas ao serviço público: compulsoriedade de sua prestação, legislação que cuida do serviço público específico, a causa formadora do vínculo jurídico, etc. De fato, "**a natureza jurídica da remuneração percebida pelas concessionárias pelos serviços públicos prestados possui a mesma natureza daquela que o poder concedente receberia, se os prestasse diretamente**" (REsp 480.692/MS, Rel. Min. LUIZ FUX, DJU 30.06.2003). Consequentemente, se quando prestado o serviço pela concessionária está-se diante de um preço público, dá-se o mesmo quando prestado pelo poder público, diretamente.

Firmada essa premissa, a partir do momento que se atribuiu a um instituto uma determinada **qualificação jurídica**, devem recair sobre ele as **consequências** previstas em nosso ordenamento, a seu propósito, por isso mesmo a doutrina entende que o regime jurídico aplicável aos preços públicos é de **natureza privada** (CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 29ª Ed. Malheiros. São Paulo: 2013. pp. 619-620; PAULSEN, Leandro. Direito Tributário. 10ª Ed. Livraria do Advogado. Porto Alegre: 2008. pp. 40-41).

Se é assim, mostra-se adequada a tese de que **com a solicitação de ligação do serviço** estabeleceu-se entre as partes (autor e réu) um **vínculo de natureza contratual por prazo indeterminado** com **contratantes bem identificados**, cuja alteração posterior fica ao encargo de qualquer um dos interessados, em especial do usuário do serviço, **a quem compete solicitar o desligamento da água quando da transferência a terceiro**, ou a **alteração da titularidade**.

Se essa solicitação de desligamento não se dá, é justo e legítimo atribuir-se a responsabilidade do contratante pelo serviço, ainda que não esteja usufruindo da água. **A responsabilidade decorre do contrato e da sua inércia em não solicitar o desligamento**. Decorre da sua **autonomia da vontade**.

Sob pena de se prestigiar a conduta omissiva negligente do usuário de serviço (no caso, o autor) e se atribuir ao fornecedor da água um ônus excessivo de fiscalizar *in loco* quem é, efetivamente, a pessoa que usufrui da água, qualificação, etc.

Insta salientar que não se pode entender uma obrigação pessoal – contraposta à obrigação *propter rem* – como uma obrigação vinculada a um uso efetivo, fático, do serviço. Obrigação pessoal é apenas aquela que não é *propter rem*, está fundada em um contrato, não na coisa. Não significa que está fundada numa circunstância fática de "utilizar o serviço". Não estamos tratando de direito tributário em que há o fato gerador, aqui entendido como "utilizar o serviço". É uma relação, como já dito, de natureza privada. Um negócio jurídico firmado entre as partes.

Tudo isso aclarado, verifico que, no caso em tela, o autor jamais solicitou o desligamento da água ou a transferência de titularidade, por isso deve responder. **Com a particularidade, porém, de que a sua responsabilidade somente pode ir até o dia 11.03.2016, pois esse é o dia limite estipulado pelo próprio réu para o corte da água com fundamento na inadimplência da locatária, fato solicitado e que o réu comprometeu-se a realizar, mas deixou de cumprir, em venire contra factum proprium.**

Quanto ao pedido de indenização por danos morais, deve ser rejeitado.

Com a decisão de pp. 59, o SAAE comprovou, às pp. 88/91, que de fato gerou ordens de serviço para o corte da ligação, em 20/09/2016 e 11/10/2016, sendo que, como se vê às pp. 89, o fundamento dessas ordens de serviço está no inadimplemento de contas até 06/2016.

Todavia, consta das mesmas anotações que o **corte não foi realizado**, o que já demonstra a ausência de uma situação a gerar, realmente, danos morais indenizáveis.

O corte indevido de interrupção de água ou, eventualmente, a ameaça de corte, usualmente gera danos morais à pessoa **que utiliza o serviço público** em questão, haja vista a sua essencialidade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Todavia, na hipótese em comento, não se pode afirmar que o autor teve direitos de personalidade violados **com o corte ou ameaça de corte de interrupção no fornecimento da água**, porque **ele não é o efetivo usuário do serviço**. Não seria pessoalmente afetado pelo corte. Desde 05.08.2015 o imóvel está alugado para Tamara Soares Silva Machado e desde 07.2016 foi permutado com Daniel Augusto dos Santos Factor.

Quanto ao fato de as dívidas constarem em nome do autor, há que se reconhecer a participação direta dele, autor, nesse fato pois, como visto anteriormente, durante a locação permitiu que o contrato com o réu se mantivesse em seu nome. Não solicitou o desligamento da água antes da locação para que a inquilina solicitasse a ligação em seu próprio nome; nem pediu a alteração de titularidade. Só veio a manifestar alguma providência ao réu quando tomou conhecimento do inadimplemento da inquilina, no e-mail de 06.03.2016 já mencionado anteriormente.

Reputo, pois, que no caso dos autos não se está diante de um aviltamento da dignidade do autor a justificar qualquer lenitivo de ordem pecuniária.

Ante o exposto, **revogada a liminar**, **conheço em parte** da ação e, na parte conhecida, **julgo-a parcialmente procedente** para declarar que o autor não é responsável por débitos de água e esgoto relativos à unidade consumidora em discussão nos autos posteriores a 11.03.2016.

Cada parte responderá por 50% das custas e despesas.

O autor pagará honorários ao réu, arbitrados em R\$ 500,00.

O réu pagará honorários ao autor, arbitrados em 500,00.

P.I.

São Carlos, 08 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**